



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 15 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 1 DE AGOSTO DE 2018.**

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proposta de redução de taxas – Processo 20/2017 – Ricardo José Vicente Bernardino; -----

2. Proc. N.º MB - 07/2018: “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor” – Pedido de Esclarecimento; -----

3. Atribuição de Apoio Financeiro à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor;

4. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 25 de julho do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar, sendo que nenhum deles exerceu esse direito. -----

1 – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS – PROCESSO 20/2017 – RICARDO JOSÉ VICENTE BERNARDINO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito das obras a levar a efeito de acordo com o processo nº 20/2017, vem a requerente RICARDO JOSÉ VICENTE BERNARDINO solicitar a redução de taxas no referido processo de obras. -----

-

A requerente prova ter domicílio fiscal neste concelho de Penamacor, pelo que, ao abrigo do nº 7 do artº 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Regulamento 485/2010), pode ser concedida redução de taxas até ao máximo de 50%. -----

A competência para a apreciação do requerimento e dos documentos que possam instruí-lo está atribuída à Câmara Municipal pelo nº 6 do artigo 96º do em apreço, a quem cabe decidir sobre a atribuição de redução no pagamento das taxas devidas e a respetiva percentagem até ao limite de 50%. -----

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder à requerente RICARDO JOSÉ VICENTE BERNARDINO a redução de 50% no valor das taxas devidas por todo o processo de licenciamento referente ao processo nº 20/2017, conforme o respetivo projeto apresentado na Divisão de Obras deste Município”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

2 – PROC. N.º MB – 07/2018: “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR” – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO; -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, como órgão competente para a decisão de contratar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, prestar esclarecimentos ao pedido solicitado, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, em relação à empreitada “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor”. -----

Estando a decorrer o prazo para apresentação de propostas no procedimento de formação de contrato de empreitada mencionado em epígrafe, foi apresentado um pedido de esclarecimento. O Júri do procedimento pronunciou-se nos termos que constam da respetiva ata, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

Aceitar a informação do Júri, nos termos da respetiva ata, respeitante ao pedido de esclarecimentos no âmbito de procedimento em epígrafe; -----

Autorização para publicitar o respetivo esclarecimento na plataforma ANOGOV (<http://www.anogov.com>), conforme previsto no n.º 8 do artigo 50.º do CCP atualizado; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, uma vez que o esclarecimento tem de ser prestado até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas, conforme previsto no n.º 5 do artigo 50.º do CCP atualizado, ou seja 5 de agosto de 2018, pelas 17:30”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

3 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR; -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“À semelhança do que tem acontecido em anteriores anos letivos e por deliberação da Câmara Municipal do dia 25 de setembro de 2017, foi atribuído à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor um apoio financeiro destinado a apoiar os pais das crianças que frequentam o Jardim de Infância de Nossa Senhora das Dores e da Creche Nossa Senhora da Conceição. Constata-se agora que, tendo havido um aumento no número de crianças que frequentam as instituições em questão, se torna necessário reforçar o apoio então aprovado. -----

Assim, propõe-se que seja deliberado atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Penamacor um reforço ao apoio financeiro concedido para o ano letivo 2017-2018, no valor de € 522,93. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento anexo e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março)”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 7.350.797,52 euro e uma despesa também acumulada de 4.108.955,85 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e vinte e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.^a _____
Data: ____/____/____